

Quanto

vamos receber do Banco Mundial

O presidente do Banco Mundial, Alden Clausen, deverá definir amanhã, na reunião com o ministro brasileiro da Fazenda, Ernane Galvésas, em Washington, a proposta do Bird relativa ao co-financiamento de empréstimos externos para o País em 1985. Galvésas manterá também amanhã um encontro com o diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional, Jacques de Larosière.

O ministro da Fazenda viajou ontem à noite para os Estados Unidos e hoje participa de almoço na Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos, em Nova York, quando deve enfatizar em discurso o perigo que representa o elevado déficit fiscal norte-americano. Dirá Galvésas que, se o déficit resultar em ascensão das taxas de juros internacionais, irá desmantelar de vez a economia das nações em desenvolvimento, com problemas no pagamento do serviço da dívida.

Durante sua permanência nos Estados Unidos, o ministro vai participar da reunião anual do FMI e do Banco Mundial e terá encontro com mais de 20 banqueiros do Canadá, Estados Unidos, países da Europa e Japão, já discutindo o que



A decisão sobre o co-financiamento de nossos empréstimos será decidida amanhã, em reunião entre Galvésas e Clausen, do Bird.

poderá vir a ser a próxima renegociação da dívida externa brasileira. Galvésas defende a capitalização de juros, isto é, a inclusão do pagamento de juros no refinanciamento, mas recomenda prudência nessa proposta, porque nem todos os banqueiros a aceitam.

Galvésas manterá dois encontros importantes logo amanhã. Com Larosière discutirá o novo programa de ajustamento da economia, esboçado na sexta carta de intenções em discussão com o FMI.

E com Clausen tratará da proposta do Banco Mundial, relativa a co-financiamento de empréstimo para o País. Aparentemente, isso significaria um novo modelo para a renegociação da dívida externa brasileira. O Banco Mundial exigiria a participação de bancos privados em pacotes de empréstimos ao País, cobrando spreads (taxas de risco) muito reduzidas e taxas de juros estáveis.

Na eventualidade da elevação das taxas de juros, o Banco Mundial se responsabilizaria pela cobertura do aumento, garantindo com isso a estabilidade no pagamento das prestações anuais devidas pelo Brasil.

Ocorre que as autoridades brasileiras receiam a proposta, sobretudo por causa da rigidez de suas condições e pela severidade de sua fiscalização. Para fechar esse co-financiamento, o Banco Mundial certamente fará mais exigências ao País, no sentido de aumentar sua intervenção na economia nacional. Outro problema é que as autoridades brasileiras temem a redução do crédito comercial direto pelos bancos privados internacionais.